

Escola Pública: debates e conflitos em Uberlândia-MG. (1980-1989)

JANAÍNA FERREIRA SILVA\*

O presente texto vem apontar alguns debates e conflitos em torno da escola pública na cidade de Uberlândia durante os anos de 1980. As análises aconteceram por meio de evidências pesquisadas em alguns órgãos de imprensa da cidade, correspondências enviadas à Câmara Municipal de Uberlândia-MG e Atas de Reuniões também da Câmara Municipal.<sup>1</sup>

A seguinte discussão buscou pensar o como a escola pública estava sendo pensada na cidade de Uberlândia? Apontando as diferentes concepções existentes na sociedade.

Acontecia uma expansão da rede pública de educação na cidade, devido a política educacional de profissionalização da Ditadura Militar passaram a existir maiores possibilidades dos filhos dos trabalhadores cursarem o 1º grau nos anos da década de 70, do século XX em Uberlândia-MG. Logo, é fato que a partir dos anos 80, havia um maior número estudantes das classes trabalhadores em escola públicas da cidade.

Nos anos 80 e início dos 90 na cidade de Uberlândia, aconteciam greves dos trabalhadores em educação<sup>2</sup>, havia reivindicações de implantação do 2º grau<sup>3</sup> por várias

---

\* Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia-MG, na Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia Rocha Calvo, e Bolsista CAPES.

<sup>1</sup> O seguinte texto faz parte de algumas discussões mais amplas sobre escola pública, cidade e memórias que estão sendo construídas em trabalho final, para obtenção do título em Doutora em História, que tem previsão de finalização em fevereiro de 2016.

<sup>2</sup> Em 1979 acontece a primeira greve da educação do Estado de Minas Gerais após o golpe militar de 1964, sendo em meio a esse movimento grevista que surgiu a União dos Trabalhadores em Educação, anos mais tarde tornou-se então o SINDUTE. Acontecendo no ano seguinte a segunda greve, mas lideranças foram presas pelo DOPS havendo forte repressão por parte do governo. A terceira greve acontece apenas em 1986. Mas entre 1982 a 1986, mesmo não havendo nenhuma manifestação grevista, a União dos Trabalhadores organizava-se interiormente filiando-se a Central Única dos Trabalhadores e a Confederação dos Professores do Brasil e organizando Congressos. Durante o ano de 1986 aconteceu duas greves sobre o governo do PMDB, na gestão do então Hélio Garcia. Em 1989, a UTE comemorava 10 anos de existência. No ano seguinte após o total de sete greves, segundo a página da instituição, a UTE e demais organizações da educação sentiram a necessidade de se unirem formando assim o Sindicato dos

escolas da cidade e a imprensa da cidade era um agente que realizava pactos e campanhas em favor das escolas particulares que já mostravam sinais de intensa força em termos políticos e econômicos, mesmo porque as políticas públicas no campo da educação da Ditadura Militar injetaram volumosos recursos públicos, através do sistema de bolsas de estudo.<sup>4</sup>

Para compreender tal questão acima entendo ser necessário buscar a conjuntura histórica de discussões que se desenvolvia na cidade no que concernem as escolas públicas. A intenção não é abordar a questão da distribuição das bolsas de estudos por si só, mas analisar a relação de um dos elementos que compunham o projeto de desvalorização da escola pública frente às instituições privadas, para assim compreender como estava sendo entendida a questão da Escola Pública na cidade.

Os sinais de campanha da imprensa em favor da escola particular indicam a instalação de um complexo processo de instalação de um projeto político de degradação da escola pública no social, quando nela estavam pessoas pertencentes à classe trabalhadora. A imprensa foi um dos meios de propulsão daquele projeto, quando as escolas públicas passavam e viviam um pleno processo de democratização. Vejamos a forma como esses indícios são articulados nessa imprensa:

*“O ensino particular no Brasil remonta aos primórdios da nossa civilização, com os Colégios Jesuítas. Ao longo dos séculos do ensino ele foi responsável pela formação das*

---

Trabalhadores em Educação de Minas Gerais. Informações que constam no seguinte endereço eletrônico: <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?LISTA=menu&MENU=24>

<sup>3</sup> Ao realizar um levantamento de evidências junto ao Fundo da Câmara Municipal de Uberlândia, mais especificamente na série Correspondências Recebidas que fazem parte do Arquivo Público Municipal de Uberlândia, foi possível perceber que ao longo dos anos 80 muitas Associações de Bairros da cidade exigiam abertura de turmas de 2º grau nas escolas de seus respectivos bairros. No acervo aparece, por exemplo, uma correspondência do ano de 1982 em que bairros exigem criação turmas de 2º grau: Bairro Roosevelt, Luizote de Freitas e Santa Mônica. Essa correspondência especificamente foi enviada pelo Deputado Estadual pelo PMDB Luiz Alberto Rodrigues ao plenário para que exigisse do Governador Francelino Pereira a construção dessas turmas naqueles bairros da cidade Uberlândia. A falta de turmas e escolas que oferecessem 2º grau chegou ao Deputado por meio de abaixo-assinados da população, tal como é mencionado na correspondência. Logo exigem indícios que as pessoas procuravam autoridades políticas, como deputados e vereadores, para solucionar determinadas questões que eram de interesse dos bairros.

<sup>4</sup> Foi constada a existência de uma política de investimentos públicos em instituições de ensino privadas na cidade por meio de Bolsas de Estudo era prevista por lei em Uberlândia desde 1959, mas ganhou força em 1969 com as reformas educacionais implementadas pela Ditadura Militar, logo em Uberlândia as Bolsas de Estudos existiam na cidade funcionando da seguinte forma: era liberada pelo governo municipal uma determinada quantia e em seguida dividida entre os vereadores para que um cada fizesse a distribuição. As bolsas não chegavam a 100% do valor cobrado pelas escolas particulares, devendo o estudante completar através de sua própria renda o valor restante.

*lideranças políticas, religiosas, técnicas, culturais e empresariais que fizeram e fazem a grandeza de nossa terra. Até a década de 60, o setor particular sustentava mais de 80 por cento do ensino no país, sendo verdadeiras catedrais das ciências, da cultura e da formação moral do nosso povo. A escola particular embora sendo uma empresa como o é a escola pública, está na qualidade de empresa estatal, visa lucro. Mais do que isto busca um ideal e ajuda a comunidade a crescer oferecendo empregos e preparando o cidadão consciente e responsável e investindo na educação, colabora com o poder público. A escola pública foi criada para atender ao aluno carente com sua explosão houve entretanto uma inversão de valores e intenções. Ao invés de atender ao aluno carente passou a atender os alunos da elites. As escolas particulares foram fechadas ou se tornaram ociosas. O aluno carente tornou-se mais carente e grande massa de crianças em idade escolar não tem acesso à escola com o crescente índice de analfabetismo outros prejuízos óbvios. É necessário que sejam respeitados os dispositivos legais atinentes à gratuidade do ensino na escola pública, principalmente o que determina o artigo 11 da Resolução da SSE n.º 4.811/84 publicada no Diário Oficial do Estado “O Minas Gerais” em 31 de janeiro de 1984: Art. 11- Em qualquer modalidade ou nível de ensino oferecidos na Escola Estadual quando o número de candidatos de vagas devem ser atendidos prioritamente 1º- Os filhos de professores e especialistas da rede estadual de ensino, de funcionários públicos estaduais e ex-combatentes; 2º Os alunos carentes de recursos; 3º- O colegiado da escola estadual deve estabelecer critérios que assegurem o dispositivo no parágrafo anterior. Em Uberlândia isto evidentemente não vem sendo cumprindo e torna-se premente que medidas sejam tomadas pelos poderes públicos no sentido de sanar essas irregularidades, partindo para uma política que vise entender ao aluno carente, com a prefeitura atendendo a zona rural, tão desprezada, que haja uma distribuição de escolas estaduais nas periferias e favelas para que a massa necessitada seja atendida. As vagas e os espaços ociosos da escola particular devem ser preenchidos no centro, com alunos do centro, pois estes não vão a periferia estudar e podem pagar a escola particular – pelo preceito institucional, os poderes públicos tem a obrigação de manter o ensino de 7 a 14 anos gratuito. O ensino é livre a iniciativa particular que merecerá amparo a assistência dos poderes públicos – inclusive sob forma de bolsas de estudos (Constituição Federal art. 176). A bolsa de estudo deve pois ser propiciada pelo poder público, constituindo um benefício ao aluno carente e não um favor à escola particular. Deve ser distribuída com justiça e equidade, sem protecionismo, uma vez que o poder público é o administrador do dinheiro do povo. A Lei 5.692 de agosto de 1971, proíbe a duplicação dos meios para fins idênticos. Conseqüentemente a criação indiscriminada de escolas públicas, onde existe a particular é ilegal nociva ao sistema educacional além de ocasionar o agravamento da crise econômico-financeira do país. (...)”<sup>5</sup>*

A reportagem é datada de 1984, momento histórico de muitas decisões e discussões na sociedade brasileira, como a Campanha pelas Diretas Já. O conteúdo dessa matéria não poderia ter meias-palavras, deveria marcar posições políticas defendendo claramente os seus projetos. E o jornal como agente político é audacioso em sua bandeira, por explicitamente defender a segregação social por meio do espaço privado. Em seus dizeres a escola pública deve servir aos carentes e estar na periferia,

<sup>5</sup> A ESCOLA PARTICULAR NASCEU. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia 07 de novembro de 1984. Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

enquanto a escola particular receberia de fato o seu público de origem; ‘a elite’, que, segundo, a reportagem esteve em um lugar que não lhe era próprio, a escola pública.

O valor existente nas relações sociais vividas na cidade, que o jornal assume através de sua reportagem, relaciona escolas públicas como um lugar de práticas assistencialistas, enquanto as ‘elites’ teriam de fato uma educação. O órgão de comunicação dos setores conservadores da cidade sugere uma inversão que acaba por valorizar a desigualdade, contribuindo para a construção do sentido de ‘ruim’ ao espaço público escolar.

A reportagem veiculada pelo Jornal Correio de Uberlândia, no entanto, é apenas um indício de uma discussão de posições políticas que envolvia escolas públicas que aconteciam na cidade, e que inclusive esteve presente em sessões da Câmara Municipal de Vereadores, já que eram essas as autoridades responsáveis pela distribuição aos estudantes considerados ‘carentes’. Entre as sessões do mês de setembro de 1984 até novembro do mesmo ano, as discussões e debates foram acalorados, tornando-se expressões significativas da luta pela escola pública, que mobilizou a população em torno da questão de distribuir ou não bolsas de estudos na cidade para o ano de 1985.

A reportagem então do jornal Correio de Uberlândia do dia 07 de novembro foi publicada dentro de um intenso processo de discussão sobre a escola pública mediado pela questão das bolsas de estudo. A imprensa então propagava um determinado projeto e posição política na cidade, defendendo investimentos públicos em instituições de ensino privadas.

Ao voltarmos essas questões para as Atas da Câmara, foi possível perceber as proposições contrárias as bolsas de estudo e que estiveram em ação dentro desse processo que acabou, por fim na Sessão de do dia de 26 de novembro, com a aprovação de uma emenda que permitia a liberação da verba para distribuição das bolsas de estudo durante o ano de 1985.

O debate surgiu na a Câmara Municipal<sup>6</sup> quando o vereador Almir Cherulli comentava uma reportagem em que o então Prefeito Zaire Resende pronunciava que não

---

<sup>6</sup> Segundo leitura das Atas da Câmara, a Casa Legislativa havia, naquele ano de 1984, 16 vereadores que se dividiam entre os Partidos: PDS (Eurípedes Barsanulfo de Barros, Adalberto Bailoni Júnior, Cleto Alves Correia, Dorivaldo Alves do Nascimento, José Antônio Souza, Waldeck Luiz Gomes, Sebastião Eurípedes, Almir Cherulli, Evandro José Braga, Laerte Lemes) e PMDB (Nilza Alves de Oliveira, Geraldo Rezende, Silas Alves Guimarães, Pedro Matias e Olga Helena).

seriam destinadas verbas em 1985 às Bolsas de estudos, pois não era uma medida política que estava em seu Programa de Governo. A partir desse pronunciamento colocaram-se em debate as relações entre as bolsas, escolas privadas e públicas na cidade.

É importante salientar que o Poder Público Municipal tinha em seu governo o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, tendo como Prefeito o médico Zaire Rezende, o que representava certa ruptura com setores governistas ligados ao Sindicato Ruralista da Cidade de Uberlândia, que estavam no poder por alguns mandatos consecutivos.

O corte das bolsas surgiu como um grande problema para a maioria dos vereadores, pois como afirmou o próprio Almir Cherulli havia 22 anos em que uma determinada verba era destinada à essa finalidade. Essa medida política estava sendo questionada entre a própria população, chegando a tornar-se pauta de discussão entre os vereadores na Câmara Municipal.

A fala do vereador Pedro Matias explicita esse elemento ao pedir a palavra no plenário relatando que:

*“Numa reunião que tivemos na escola com pais e mestres reunidos foi levantada essa questão e foi levantada uma crítica severa e eu tive que agüentar a bomba dizendo nós somos exploradores do Estado e da Prefeitura para crescer o nosso nome em nome do dinheiro da prefeitura. Daqui uns quatro ou cinco anos isso vai dar pano para manga para todos nós, porque está sendo conscientizado aí fora. Há pais e mestres criticando as bolsas de estudo”<sup>7</sup>*

A colocação do vereador traz para aquela sessão da Câmara uma leitura das discussões que estavam acontecendo nas escolas públicas da cidade. Os pais e professores são mostrados na fala do vereador como pessoas que sabiam os danos que as bolsas de estudos traziam para o conjunto das escolas públicas da cidade, possivelmente por enfrentarem a falta de perspectiva de terminarem o 2º grau, e de todas outras precárias condições de estudo e trabalho. A tensão foi vivida pelo vereador

---

<sup>7</sup> Vereador Pedro Matias. **Câmara Municipal de Uberlândia**. Ata da Primeira Sessão da Oitava Reunião Ordinária realizada em 15 de outubro de 1984. Segunda-Feira. Página 11. Fundo da Câmara Municipal. Série: Atas. Subsérie: Atas da Câmara Municipal. N.º 120. Data: 01/1984 a 09/1984. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

ao sentir-se questionado pela existência daquela medida política, que visivelmente prejudicava as escolas públicas, ao investir em escolas privadas.

Na Sessão seguinte o Presidente Eurípedes Barsanulfo de Barros coloca que havia recebido um Abaixo-Assinado de diretoras de escolas públicas da cidade exigindo que os vereadores revertessem às verbas das bolsas escolares aos caixas escolares. Perante a essa ação das diretoras, a Câmara pediu a presença delas para esclarecimentos sobre o abaixo-assinado. E durante esse momento os vereadores foram expondo suas posições políticas sobre o assunto. A qual o vereador Dorivaldo Alves do Nascimento alega que:

*“ (...) quanto a escola ao ensino gratuito ou pago, o bom seria se os nossos alunos tivessem condição de pagar escola. É democrático também o elemento ter liberdade de estudar numa escola particular. (...) Nós ouvimos aqui demagogia contra a escola particular. O que devemos é dar condições ao povo de pagar escola particular. O que devemos é dar condições ao povo de pagar escola particular. É também um meio de democracia. (...)”<sup>8</sup>*

A reportagem do jornal Correio de Uberlândia e a posição política do vereador Dorivaldo Nascimento assemelham-se, e mais ainda, mostram se unidas em prol de ataques a escola pública, dando noções de que havia forças vivas no social que entravam em conflito frente às práticas que entendem serem necessárias as instituições de ensino públicas.

Para os agentes sociais que defendiam as escolas particulares, e que tinham apoio daquela imprensa, havia um conflito na relação entre o público e o privado, onde seus interesses sociais, políticos e econômicos estavam em jogo e era impensável ter em qualquer conjectura uma escola pública que unissem os diferentes. Estudar no mesmo lugar em que estavam os ‘carentes’ seria uma grande ofensa, pois a função da escola era vista como a do assistencialismo. Como se o ‘pobre’ necessitasse de assistência e a escola pública seria um lugar apropriado para esse tipo de prática.

Essa reportagem de 1984 foi somente mais um dos meios em que aquele projeto político teve oportunidade de se fortalecer em nossa sociedade. A cidade de Uberlândia

---

<sup>8</sup> Vereador Dorivaldo Alves do Nascimento. . **Câmara Municipal de Uberlândia**. Ata da Quinta Sessão da Oitava Reunião Ordinária realizada em 19 de Outubro de 1984. Sexta-Feira. Página 7. Fundo da Câmara Municipal. Série: Atas. Subsérie: Atas da Câmara Municipal. N.º 120. Data: 01/1984 a 09/1984. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

vivia um acirrado processo de debates em torno da questão das bolsas e que trazia em seu bojo a discussão da relação entre escola pública e a privada.

A vereadora Nilza Alves de Oliveira nas atas das sessões surge como liderança do movimento contrário as bolsas de estudo, saindo em defesa da escola pública e contra as bolsas de estudo, tanto que requereu um debate na casa, trazendo debatedores com perspectivas diferentes sobre o assunto, para além da presença das diretoras. Porém antes de convocá-los chegou à Sessão do dia 30 de outubro de 1984 uma correspondência da recém-formada Comissão Municipal de Educação.

Ainda no princípio do levantamento de evidências, essa Correspondência chamou muito a minha atenção pelo seu teor, suas colocações. E foi pelas inquietações que ela me provocou que entendi ser necessário direcionar o meu olhar para as Atas da Câmara, para assim compreender os conflitos travados na cidade que envolvia as escolas públicas.

Essa Correspondência que compõe o Acervo da Câmara Municipal de Uberlândia permite compreender as discussões e os conflitos que acontecia na cidade naquele momento em torno da escola pública:

*“Em Defesa do Ensino Público, Gratuito e Universal:*

*Neste momento histórico em que toda sociedade brasileira aponta para a recuperação de nossa cultura, buscando saídas para o obscurantismo que fomos jogados por estes 20 anos de ditadura militar, cabe a nós educadores a defesa do ensino público e gratuito e universal como um dos direitos básicos para a recuperação. É urgente a garantia de vagas para a população no ensino de 1º grau e 2º grau. É urgente que o discurso da democratização saia da teoria e seja concretizado em todas áreas e níveis. Por isso nossos olhos se voltam para a questão da ampliação para o 1º e 2º graus. (...) É dentro desse quadro que se pode refletir sobre os vários problemas que afligem a educação e que impedem, em Minas Gerais, assim como no Brasil um ensino democrático. Entre estes encontra-se o da expansão das ofertas educacionais, isto é, a questão da ampliação das vagas escolares. O atendimento à população que necessita da escola pode ocorrer de três formas: a 1ª através do pleno aproveitamento da rede física e corpo docente, a 2ª através do aumento do aparelhamento da rede física; e a 3ª através da concessão de bolsas. É quanto a terceira forma que Comissão Municipal de Educação vem se pronunciar. O sistema de concessão de bolsas consistia em que a Prefeitura através da Secretaria Municipal de Educação destinava verbas aos vereadores que era repassada as escolas particulares. Estas, por sua vez, repassava-a aos alunos sob forma de bolsas de estudos. Não havia critérios sobre quais escolas e quais alunos receberiam essa verba. Ainda essa bolsa era concedida apenas parcialmente, devendo o aluno custear outra parcela. No ano de 1983 foi concedido um total de Cr\$ de 50.000.000,00 e em 1984 um total de Cr\$ 69.000.000,00. (...)”<sup>9</sup>*

<sup>9</sup> OLINDA, Evangelista. Secretaria Geral da Comissão de Educação. **Em defesa do Ensino Público Gratuito e Universal**. Uberlândia, 30 de outubro de 1984. Acervo do Fundo da Câmara Municipal de

A Correspondência dirigida à Câmara Municipal de Vereadores de Uberlândia tem ao todo três páginas datilografadas, e é assinada pela Secretaria Geral da Comissão Municipal de Educação Olinda Evangelista, logo esse é um primeiro trecho, onde a autora inicia a carta se remetendo as injustas condições em que se encontravam a educação na cidade, onde o Poder Legislativo dirigia investimentos à instituições privadas quando a população enfrentava a falta de vagas, principalmente no 2º grau. A questão das bolsas de estudo é relatada como uma:

*“(...) prática que foi, no entanto, categoricamente questionada pelos pais, alunos, funcionários, professores e especialistas durante o I Congresso Mineiro de Educação, que se posicionaram contra o sistema até então usado. Senão, vejamos. À página 14 do Consolidado Municipal do Seminário de Educação para a Mudança, de 1983 está escrito: “que a verba municipal destinada as bolsas de estudo em colégios particulares, seja revertida às caixas das Escolas Públicas”... À página 6 do Consolidado Regional, de 1983 está escrito: “remanejar as verbas destinadas às bolsas de estudo dos alunos das escolas particulares para a rede oficial, aplicando-as para a melhor funcionamento das mesmas, assim como para o atendimento de 2º grau com responsabilidade do Estado”... À página 09 da Proposta de Diretrizes Políticas para a Educação em Minas Gerais está escrito. “Dessa forma o Estado, enquanto gestor, dos interesses mais gerais da sociedade deve dar prioridade à oferta da educação escolar em todos os níveis para a população que não pode pagar por esse serviço. Isto nos leva a reivindicar que o Estado propicie a oferta da educação escolar em todos os níveis de caráter básico e fundamental, destinando para o cumprimento deste dever social os recursos do Tesouro Público. Essa educação pública deve ser o dever principal do Estado que a deve garantir de boa qualidade, gratuita universalizando a oferta da instrução pública”. Estas propostas foram aprovadas em assembleias gerais, municipais, regionais e estaduais e finalmente a página 02 do documento que avalia o Plano Mineiro de Educação, elaborado pelos delegados do primeiro Congresso (10/03/84) representantes de 23 municípios está escrito no item D “que as bolsas de estudo sejam destinadas à ampliação da melhoria geral das escolas (oficiais – CME) e não como subvenção às escolas particulares. Fica claro, portanto, a disposição contra a Concessão de Bolsas e, conseqüentemente, a favor do Ensino Público e Gratuito (...)”<sup>10</sup>*

O conflito se faz presente na Correspondência quando tendências e interesses sobre a escola pública divergem e as posições políticas são explicitadas. Segundo a Correspondência, a Comissão conseguiu reunir pais, professores, alunos, funcionários, enfim a comunidade escolar indicando a existência de uma mobilização e exigindo da

---

Uberlândia. Série: Correspondência enviada à Câmara Municipal de Uberlândia. Arquivo Público Municipal de Uberlândia. PP. 1-3.

<sup>10</sup> OLINDA, Evangelista. Secretaria Geral da Comissão de Educação. **Em defesa do Ensino Público Gratuito e Universal**. Uberlândia, 30 de outubro de 1984. Acervo do Fundo da Câmara Municipal de Uberlândia. Série: Correspondência enviada à Câmara Municipal de Uberlândia. Arquivo Público Municipal de Uberlândia. PP. 1-3.



Casa Legislativa o fim das bolsas de estudos. Não é possível chegar ao número exato de pessoas, mas o simples fato dessa correspondência existir, é em si uma evidência dos conflitos de intenções e projeções sobre a escola pública na relação com as escolas privadas na cidade.

A Comissão através dessa carta mostrou-se pronta a esclarecer as novas diretrizes, que a Câmara de Vereadores de Uberlândia insistia em desconsiderar ao reverter ainda para o ano de 1985 uma verba ainda maior para as instituições privadas:

*“No entanto, contra essas reivindicações e contra o projeto orçamentário, o Presidente da Câmara Eurípedes Barsanulfo de Barros – encaminhou ao prefeito um ofício, n.º 750/84 de 18/09/84, solicitando que fosse incluindo no orçamento de 1985 uma verba de CR\$15.000.000,00 para cada vereador com o fim de ser distribuída como bolsa de estudo. O total soma CR\$ 285.000.000,00. Este ofício revela o desconhecimento das reivindicações feitas pelos vários segmentos da sociedade, bem como a política educacional do Governo de Minas Gerais. Para se ter uma idéia do que significa este total, podemos dizer que com CR\$ 285.000.000,00 poder-se-ia construir 40 salas de aula. Concretamente teríamos 4.800 vagas para o ensino de 2º grau, a cada ano letivo. Segundo o Serviço de Documentações e Informações Educacionais da 26ª. DRE, o número de alunos matriculados em 1984 na rede particular de ensino é de 3.500 alunos contra 9.265 na Rede Oficial. Este cálculo mostra que esta verba fosse aplicada na ampliação de sala garantiríamos o atendimento de toda clientela escolar da rede privada, sobrando 1.300 vagas na rede oficial de 2º grau. Por outro lado, o Plano de Expansão de Ofertas Educacionais de Uberlândia (elaborado a partir das necessidades apontadas pelas escolas em conjunto com as Associações de Bairros e de acordo com os critérios da SEE) estabeleceu como prioridade para o município a construção de 16 salas de aula para o 2º grau. A criação de 2º grau na E.E da Cidade Industrial que precisa de 2 salas. Em 3º lugar, previu-se a criação na E.E. Guiomar de Freitas Costa que precisa de 5 salas de aula. Assim, a necessidade imediata é de 7 salas de aula. É fácil deduzir que a verba requerida pelos vereadores poderia construir as salas necessárias e ainda ser aplicada em reparos, manutenção, aparelhagem, caixas escolares, entre outros. (...) E como último argumento, juntaríamos que a verba solicitada financeira aproximadamente 680 alunos considerando que as bolsas cobrem apenas uma parcela da mensalidade escolar. A média dos custos de uma escola particular, ao mês, está em torno de Cr\$ 80.000.000,00. Supondo-se que bolsa consiste em 50% deste total, caberá ao aluno um complemento de Cr\$ 40.000.000,00 (Cr\$ 520.000.000,00 ao ano aproximadamente). Raciocinando em termos de salário mínimo, que aluno teria condições de frequentar escola particular? Conclui-se que ao final das contas, estas bolsas não se dirigem quem elas realmente necessita, ficando o problema do aluno de periferia sem solução. (...) Nessa linha de raciocínio, a Comissão Municipal de Educação entende que ao reivindicar a ampliação das ofertas educacionais na Rede Oficial de Ensino, está defendendo uma aplicação racional justa e democrática das verbas municipais e estaduais com o conseqüente favorecimento da população em termos de atendimento escolar e ampliação do mercado de trabalho. Acredita, também que políticos que se vincularem a proposta do ENSINO PÚBLICO e GRATUITO para todos só terão a ganhar. Certamente a população saberá reconhecer aqueles que se esforçaram para acabar com o clientelismo e o favoritismo, em benefício das necessidades reais da população. (...) A Comissão Municipal de Educação acredita que o redirecionamento das verbas para a melhoria e expansão do*

*ensino público é promover a democratização da educação, a recuperação de nossa cultura é devolver ao homem brasileiro sua cidadania. ”<sup>11</sup>*

A Comissão Municipal através dessa correspondência foi contestada durante a sessão desse dia 30 de outubro de 1984 pela bancada de vereadores PDS, e até mesmo de alguns do PMDB, onde alguns inclusive alegavam que as bolsas de estudo ‘*eram um mal necessário*’. Mas ela não deixou de explicitar os propósitos políticos da luta pela valorização da escola pública que envolvia vários setores da sociedade.

Nesses conflitos que não estavam apenas na Câmara de Vereadores, mas nas próprias relações sociais na cidade, a edição do dia 07 de novembro de 1984 do jornal Correio de Uberlândia, que foi citada acima, pode ser entendida como uma resposta à manifestação da Comissão Municipal de Educação através da correspondência do dia 30 de outubro de 1984.

Nesse processo estão explícitas as discussões e os embates em torno não apenas de dar bolsas ou não, mas, sobretudo, de saber o lugar e os sentidos da escola pública em nossa cidade. O investimento do Poder Municipal nas escolas públicas, e não privadas, tinha um valor simbólico dentro de um processo de luta pelo Direito à escola, por acreditar na sua função e exercer a sua responsabilidade para com a sociedade, ao contrário da escola particular que exerce suas atividades àqueles que podem pagar.

Logo, direcionar esses investimentos à rede pública era o mínimo que se podia esperar de uma prática que mostrava algum sinal de preocupação com a realidade. E a Correspondência vem a denunciar que pelo menos uma parte dos membros do Poder Legislativo, não estava à parte das reivindicações vindas do social em torno da escola pública. E as práticas sociais contrárias às escolas públicas mostram-se fortes nos embates que se expressam em colocações como o do vereador Dorivaldo Alves do Nascimento:

*“Eu acho que aqueles que defendem tanto a democracia, o direito de liberdade, deveriam sentir que deveríamos dar a liberdade aqueles que não tem condições de estudar também de*

---

<sup>11</sup> OLINDA, Evangelista. Secretária Geral da Comissão de Educação. **Em defesa do Ensino Público Gratuito e Universal**. Uberlândia, 30 de outubro de 1984. Acervo do Fundo da Câmara Municipal de Uberlândia. Série: Correspondência enviada à Câmara Municipal de Uberlândia. Arquivo Público Municipal de Uberlândia. PP. 1-3.

*estudar numa escola que não seja pública. Mas o que se vê na administração e naquelas que tem a mesma idéia do prefeito é que são contra a iniciativa privada e o direito à liberdade. Será que os filhos não estudam em escolas particulares? Os que já estão formados, não estudaram em escolas particulares? Ficaria muito mais barato para o Estado se o Estado pagasse escola particular, comprasse essas vagas e as concedesse ao aluno, do que manter escolas. Acontece que é muito fácil a administração ter na sua dependência os professores e inculcar dos alunos muitas das ideologias do que pagar e dar liberdade ao estudante de escolher a sua escola.”<sup>12</sup>*

Em outra interpretação, podemos chegar à possibilidade de que a Secretaria Geral de Comissão investiu na carta uma forma de escrita que procurava esclarecer, quando a Câmara de Vereadores poderia na verdade estar sim à parte das discussões e que preferiu assumir posições ignorando propostas e reivindicações da sociedade.

Esses conflitos provindos das relações no social projetavam diferentes funções para a escola pública e a privada, e que aparecem definidas tanto na reportagem e quanto na correspondência e na própria colocação do vereador, existindo divergências de projetos para esses espaços públicos da cidade, onde se constituem as relações de ensino-aprendizagem.

Como se afirmou anteriormente, o jornal como um órgão que age no social em defesa dos interesses dos setores conservadores colocava a escola pública como um lugar de ‘pobre’ e por isso não de educação, mas como ambiente produtor de meios de sobrevivência à população, entendida na linguagem do jornal como carente. Por isso, elas deveriam estar exclusivamente na periferia, como tenta instituir a reportagem.

Os trabalhadores não estando mais apenas de passagem nas escolas públicas, mas permanecendo nelas geravam um grande engodo para os setores dominantes da sociedade, pois as novas configurações do sistema capitalista exigiam a escolarização do trabalhador. Porém algumas das escolas públicas eram antes lugares ocupados por determinados setores da cidade e que representava para as classes dominantes um lugar de distinção cultural e social.

A reportagem sugere a necessidade de um caminho diferente não só para a escola pública, mas principalmente para a rede privada que havia ‘nascido’, como aparece no título da matéria, com a função de educar grupos dominantes, e que foi se

---

<sup>12</sup> Vereador Dorivaldo Alves do Nascimento. **Câmara Municipal de Uberlândia**. Ata da Terceira Sessão da Décima Extraordinária realizada em 31 de Outubro de 1984. Sexta-Feira. Página 7. Fundo da Câmara Municipal. Série: Atas. Subsérie: Atas da Câmara Municipal. N.º 121. Data: 09/1984 a 12/1984.

ofuscando perante a importância que foi adquirindo a escola pública. Precisava-se, na conjuntura do início dos anos 80 no Brasil, dar de fato uma nova direção para a escola pública. E para isso atribuía força à escola privada para ser o novo lugar de estudos dos filhos dos grupos dominantes:

*“A escola particular não é apenas de seus diretores e proprietários. Acima de tudo ela é de toda comunidade que dela se serve para educar para a democracia. Então, com qual intuito tentam enfraquecê-la ainda mais? Estarão em busca da estatização do ensino, surdos e cegos aos clamores que, uníssonos, sobem de todos quadrantes nacionais a reclamação desta estatização? Se ainda estamos sob efeitos do totalitarismo, por que agora que se fala em abertura e democracia, tudo fazem para eliminar os direitos da pessoa e da família, de escolher e de ter os meios efetivos de escolha da escola de sua preferência? E será utopia afirmar que existe liberdade se os Estados ou os poderes públicos não fornecerem os meios. Nos Estados Totalitários, a Escola Pública já foi e é ainda instrumento de massificação e de aplicação de ideologias totalitárias, totalmente contrárias ao espírito do nosso povo, e a livre opção de escolha, de uma escola para a sua prole, é uma arma de que a família não poderá deixar que a usurpem jamais. Os administradores do dinheiro público pensam que as subvenções às escolas particulares é um presente aos seus proprietários, esquecendo-os que está subvenção representa uma restituição e uma aplicação racional de rendas públicas, vital para o perfeito funcionamento de uma das liberdades fundamentais de todo regime democrático. Hoje a bolsa destinada aos alunos carentes é a única e exclusiva contribuição dos poderes públicos à escola particular. O Estado é que está a serviço da família e não ao contrário. E se é essencial e inalienável, o direito-dever dos pais educarem seus filhos, escolhendo, por conseguinte o gênero de educação a ser dada, não é lícito ser usurpado deles este direito-dever, e a não consignação de bolsas de estudo para os estudantes carentes, é a manifestação deste direito. O Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde um de seus artigos diz textualmente: “OS PAIS TEM PRIORIDADE NA ESCOLHA DO GÊNERO DE EDUCAÇÃO A SER DADA A SEUS FILHOS.” Se o Estado ou os poderes, pretendem jogar a escola pública contra a particular, ou por meios diretos ou indiretos tentam asfixiar a liberdade de ensino então estamos diante de uma profunda negação do regime democrático. A Escola Pública e a Particular devem coexistir e não opor-se. Sendo o Estado o único arrecadador de impostos nada mais justo que destinar uma parcela desta arrecadação para a aplicação no amparo de entidades que exercem atividades essenciais à vida nacional, como o é a educação. Não há perigo de ideologizar-se a escola, quer pública ou particular, quando os pais podem realmente escolher. O perigo sim existe, quando a escola é única, estatal, sem possibilidade de opção. A luz destas citações que são unanimemente aceitas pela igreja, ONU, UNICEF, pelas democracias ocidentais, reivindicamos pela justiça que é a distribuição de bolsas aos estudantes carentes.(...)”<sup>13</sup>*

A construção de sentidos sobre as instituições particulares em Uberlândia nessa conjuntura veio acompanhada de outros sentidos sobre as escolas públicas, instituindo a dúvida sobre a sua qualidade e eficiência. A constituição das instituições privadas se consolidava pela idéia da inoperância do espaço público escolar, e somado a esse

<sup>13</sup> ESCOLA PARTICULAR: UM DIREITO DA FAMÍLIA. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia 14 de novembro de 1984. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

aspecto pode se chegar ao fato, que por estar sendo um lugar de trabalho e estudos de pessoas pertencentes à classe dos trabalhadores – carentes, na linguagem da reportagem não oferecia bom ensino.

“O Público” ganha nesse tipo de construção um sentido pejorativo que teria como simples função sanar as dificuldades a carência, e sendo ele totalmente relegado aos ‘pobres’. Acontece uma materialização de uma distinção de classe que se pauta entre o público e o privado. A reportagem acima, que se insere na discussão que acontecia na cidade, aponta que era importante para os setores conservadores ‘escolher’ o ‘gênero de educação’ para seus filhos. Escolher não significaria o princípio máximo de uma prática liberal? Quem e porque poderia escolher o gênero de educação em nossa sociedade? Não há o estabelecimento de qualquer princípio de igualdade e justiça nas considerações da reportagem. Como poderia coexistir escola particular e pública? Sem acontecer construções de sentidos pejorativos ao espaço público? Não há como as duas opções existirem sem relações de comparações.

‘O público’ é o lugar de todos. Como poderíamos chegar a qualquer noção de justiça quando se valoriza as distinções? A suposta ‘democracia’ que defende a reportagem acima traz em suas entrelinhas uma noção que se afasta da busca de uma união de esforços para a constituição de uma sociedade em diálogo e debates que visem, o fim das desigualdades entre os seres humanos.

Os anos 80 de alguma forma foram marcados por intensos debates e os conflitos onde os interesses assumiram contornos nítidos, que foram desde a Assembléia Constituinte até na necessidade de forças, como essa imprensa, de ocuparem determinados espaços na sociedade e agirem em prol de seus projetos políticos.

Na cidade de Uberlândia o embate em torno da escola pública ganhou forma na questão das bolsas de estudo. Sendo, sem dúvida, um dos indícios que a escola pública estava passando por intensos conflitos classistas, entre os grupos sociais dominantes que estavam deixando-a, com os trabalhadores que estavam chegando e exigindo a atenção e a qualidade que as instituições públicas escolares tiveram em tempos anteriores.

A exigência do fim da política das bolsas de estudos após a derrocada da ditadura militar significava investimentos e valorização das escolas públicas. Esse projeto político teve na Câmara Municipal a vereadora Nilza Alves de Oliveira (PMDB)

a sua maior representante, por naqueles intensos debates valorizar a escola pública na cidade.

As Sessões dos meses de setembro, outubro e novembro de 1984 colocaram frente a frente estudantes, diretores e autoridades que expressavam a complexidade desses conflitos. Entre esses diferentes sujeitos, os estudantes-bolsistas de instituições privadas que ocuparam a plenária colocaram-se em favor das instituições privadas, proporcionando uma amostra significativa que não era toda a classe estudantil que assumia uma prática social de defesa da escola pública, nos indicando que não havia entre eles um único sentido e valor sobre esses espaços sociais da cidade.

Frente a uma colocação de um estudante de uma instituição privada, que fala enquanto bolsista, é perceptível os efeitos no social de uma medida política como a foi a da bolsa de estudos na cidade. O não pertencer à escola pública gerava na vida do estudante José Henrique, que participou das atividades no plenário, a elaboração de sentidos e significados nocivos a esses espaços de ensino-aprendizagem da cidade. E não podemos deixar de notar a não mera semelhança entre a fala do estudante José Henrique e a reportagem do Jornal Correio de Uberlândia que foi publicada no dia 14 de novembro, dois dias depois do pronunciamento do estudante na Câmara. Era a articulação de um projeto de classe na cidade que se projetava na fala de vereadores, imprensa e estudantes.

Na Sessão do dia 13 de novembro foi aberto o espaço, depois de muita insistência de alguns vereadores, para a fala de um agente da sociedade contrário às bolsas de estudo, gerando um confronto de posições no plenário. O Sr. Ivan Miguel da Costa falou em nome do Conselho Municipal de Entidades Comunitárias:

“Disse que à questão das bolsas de estudo hoje é um pretexto para discutir educação. Tenho a satisfação de falar que o último governo do Estado de Minas Gerais investiu em educação mais do que muitos outros governos investiram. Essa discussão está sendo aqui polarizada na tentativa de jogar estudante contra estudante, entidade contra entidade e vereador contra executivo. Temos que estar de olhos voltados para o futuro também. A educação é a integração do homem em sociedade. Eu não sou contra a escola particular, nem a maioria das pessoas são contra a escola particular. A gente é contra o fato de existirem empresas particulares que querem se manter com dinheiro

estatal. O dinheiro público deve ir para entidades públicas que tenham um controle público (...). A escola particular deve existir sim, mas não subsidiada pelo Estado.”<sup>14</sup>

A fala do Sr. Miguel no plenário da Câmara Municipal de Uberlândia cita questões partidárias ligadas à luta pela valorização da escola pública, entendo que esses projetos não são originariamente de um partido, mas que são expressões vindas das relações vividas no social nas quais alguns sujeitos viram na bandeira do partido em questão uma forma de aglutinação de interesses e práticas semelhantes. A intenção nessa investigação ao trazer as Atas das Câmaras não é assimilar a questão da escola pública nos anos 80 com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, mas é abordar um processo muito mais complexo que ultrapassa programas partidários.

A intenção dessa pequena análise foi abordar as discussões em torno da escola pública que se materializaram na Câmara Municipal de Uberlândia e na imprensa em torno da questão das bolsas de estudo, mostrando que ela estava no centro de conflitos na cidade naquele momento histórico.

*Fontes:*

*Imprensa*

A ESCOLA PARTICULAR NASCEU. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia 07 de novembro de 1984. Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

ESCOLA PARTICULAR: UM DIREITO DA FAMÍLIA. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia 14 de novembro de 1984. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia

*Atas da Câmara*

**Câmara Municipal de Uberlândia**. Ata da Primeira Sessão da Oitava Reunião Ordinária realizada em 15 de outubro de 1984. Segunda-Feira. Página 11. Fundo da Câmara Municipal. Série: Atas. Subsérie: Atas da Câmara Municipal. N.º 120. Data: 01/1984 a 09/1984. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

**Câmara Municipal de Uberlândia**. Ata da Quinta Sessão da Oitava Reunião Ordinária realizada em 19 de Outubro de 1984. Sexta-Feira. Página 7. Fundo da Câmara Municipal. Série: Atas. Subsérie: Atas da Câmara Municipal. N.º 120. Data: 01/1984 a 09/1984. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

**Câmara Municipal de Uberlândia**. Ata da Terceira Sessão da Décima Extraordinária realizada em 31 de Outubro de 1984. Sexta-Feira. Página 7. Fundo da Câmara Municipal. Série: Atas. Subsérie: Atas da Câmara Municipal. N.º 121. Data: 09/1984 a 12/1984.

---

<sup>14</sup> Representante do Conselho Municipal de Entidades Comunitárias Ivan Miguel da Costa. **Câmara Municipal de Uberlândia**. Ata da Segunda Sessão da Nona Reunião Ordinária realizada em 13 de novembro de 1984. Terça-Feira. Página 3. Fundo da Câmara Municipal. Série: Atas. Subsérie: Atas da Câmara Municipal. N.º 121. Data: 09/1984 a 12/1984. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

**Câmara Municipal de Uberlândia.** Representante do Conselho Municipal de Entidades Comunitárias Ivan Miguel da Costa. Ata da Segunda Sessão da Nona Reunião Ordinária realizada em 13 de novembro de 1984. Terça-Feira. Página 3. Fundo da Câmara Municipal. Série: Atas. Subsérie: Atas da Câmara Municipal. N.º 121. Data: 09/1984 a 12/1984. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

#### Correspondência envidadas à Câmara Municipal de Uberlândia

OLINDA, Evangelista. Secretaria Geral da Comissão de Educação. **Em defesa do Ensino Público Gratuito e Universal.** Uberlândia, 30 de outubro de 1984. Acervo do Fundo da Câmara Municipal de Uberlândia. Série: Correspondência enviada à Câmara Municipal de Uberlândia. Arquivo Público Municipal de Uberlândia. PP. 1-3.

#### Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. “O Conceito de História”: In: **Obras Escolhidas. Magia e Técnica Arte e Política.** São Paulo, Brasiliense, 14ª edição, 2011.

CALVO, Célia Rocha. **Muitas Memórias e Histórias de uma cidade:** experiências e lembranças de viveres urbanos – 1938/1990. 2001. São Paulo. PUC/SP.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural:** o Direito á Cultura. 1º Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador:** conversas sobre história e imprensa. In: Projeto História. São Paulo. PUC/SP. N.º 35. Dez. 2007.

FENELON, Déa. Introdução. In: **Cidades.** Pesquisa em História. Programa de Estudos Pós-Graduados em História PUC-SP. São Paulo. Olho d’ água. 2000.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do Popular. In: **Da Diáspora:** Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003

MACIEL, Laura A; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara A. **Outras Histórias:** memórias e linguagens. Ed. Olho d’ água. São Paulo. 2006.

KHOURY, Y. A; FENELON, D. R.; MACIEL, L. M.; ALMEIDA, P. R. (org.) **Muitas Memórias, outras histórias.** Ed. Olho d’ água. 2004. São Paulo

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria:** ou um planetário de erros. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1981.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: Questões sobre a História Oral e as Memórias. **Projeto História.** São Paulo. N.º 15. Abr. 1997.

VIEIRA, Maria do Pilar A.; PEIXOTO, Maria do Rosário da C.; KHOURY, Yara Maria A. **A Pesquisa em História.** 5ª ed. São Paulo: Ática. 2007.